

## O trabalho depois dos 60 anos: condições socioeconómicas e contexto familiar dos aposentados brasileiros

Clarice Ehlers Peixoto<sup>11</sup>

Não é de hoje que as estatísticas brasileiras vêm mostrando que a taxa de crescimento da população de mais de 60 anos aumenta mais rapidamente do que a da população total. Em 2000, 9,1% da população tinha mais de 60 anos,<sup>12</sup> sendo que, desta, somente 58% eram de aposentados. Isto significa que quase a metade ainda trabalha; é o que dizem as estatísticas oficiais: mais de um terço desta população (quer seja aposentada ou não) ainda trabalha. As razões são claras: idade precoce da aposentadoria e aumento da longevidade mas, principalmente, de pensões de aposentadoria muito baixas – que não lhes permitem usufruir o tempo de repouso – e, de um sistema de previdência social precário, incapaz de atender convenientemente a população concernente. As prestações sociais voltadas para a velhice se reduzem à pensão da aposentadoria, à assistência médica (precária) e ao benefício mínimo (correspondente a meio salário mínimo) para os que têm mais de 70 anos e que jamais cotizaram para a previdência social ou não completaram os anos de contribuição. Uma simples leitura dos indicadores das condições de vida das pessoas aposentadas revela que houve, ao longo do último decênio, uma queda brutal dos rendimentos daqueles pertencentes às camadas populares: 8,8% recebem somente 1 salário mínimo. Esta é, sem dúvida, uma barreira que os impede de ultrapassar as fronteiras da pobreza, uma vez que o salário mínimo serve de referência à maioria das categorias profissionais e, principalmente, às pensões de aposentadoria: ganha-se 1 salário, 5 salários, 7,8 salários mínimos. Mas, jamais o teto de 10 salários mínimos cotizados ao longo da vida de trabalho.

### Taxa de atividade da população total e da população de mais de 60 anos

	População ativa			Pessoas ativas de 60 - 64 anos*	Pessoas ativas de mais 65 anos
	Total	H	M		
Brasil	61,0	73,8	49,0	47,1	25,5
Região metropolitana do RJ	54,3	67,9	42,4	34,8	11,9

**Fonte:** Indicadores Sociais, IBGE, 1999.

\* Não temos dados por sexo.

<sup>11</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Agradeço a Fabio Ponso, estudante de Ciências Sociais da UERJ, que trabalhou como bolsistas CNPq nesta pesquisa.

<sup>12</sup> IBGE, Síntese dos Indicadores Sociais, 2000.

## Sobre a política salarial e aposentadorias

Desde a sua criação, em 1940, o salário mínimo é a base de referência salarial dos trabalhadores brasileiros. Ao longo dos anos, a taxa de reposição das perdas salariais não acompanhou a inflação, acarretando uma deterioração drástica das condições de vida de grande parte da população brasileira. Assim, 47% da população ativa ganha 1 salário mínimo mensal enquanto 9,9% recebem mais de 5 salários.

A leitura da distribuição de renda da sociedade indica que somente 10% das famílias brasileiras recebem por volta de 11 salários mínimos mensais, enquanto os 40% mais pobres recebem apenas meio salário mínimo por mês. A desigualdade é assim gigantesca: os 10% mais ricos recebem 22 vezes mais do que os 40% mais pobres.

Um outro fenômeno merece ser assinalado: a política brasileira de desindexação salarial, adotada em um contexto de alta inflação, acelerou a deterioração do salário mínimo. Observa-se que ao longo dos anos houve uma brusca ruptura entre a evolução das pensões de aposentadoria e os salários dos ativos, fazendo com que 12,2% da população de mais de 60 anos receba até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e 28% ganhem entre  $\frac{1}{2}$  salário e 1 salário. Isto significa que 40,3% dos brasileiros dessa faixa etária são pobres.

O sistema brasileiro de aposentadoria é um regime de repartição simples, com prestações bem definidas: as cotizações são divididas entre os assalariados e os empregadores. Considerando que é o Estado quem determina as taxas de reposição salarial no nível macroeconômico e que uma das preocupações maiores é a "crise da previdência social", consequência do déficit do sistema previdenciário, o Estado brasileiro controla a revalorização do salário mínimo e, conseqüentemente, das aposentadorias.<sup>13</sup> A degradação das suas condições de vida os obriga, então, a retornar ao trabalho: esta é a realidade cotidiana de mais de um terço das pessoas aposentadas.<sup>14</sup> Isto explica porque, para muitos brasileiros, a aposentadoria não significa o fim de uma atividade profissional e o início da inatividade remunerada. Ao contrário, ela é uma forma de reconversão já que não representa uma ruptura definitiva com a vida ativa visto que o benefício recebido não é suficiente para sobreviver.

Diante disso, os aposentados pertencentes às camadas populares continuam a trabalhar, mas em condições menos favoráveis e mais precárias. Aqueles que já trabalhavam no setor informal permanecem e, muitas vezes, mudam de atividade, aqueles que estavam inseridos no setor formal raramente nele permanecem e se dirigem para o setor informal. De todo modo, qualquer que seja o trabalho desempenhado após a aposentadoria, grande número de aposentados considera necessário retornar ao mercado de trabalho, pois isto representa a possibilidade de receber um complemento salarial, ainda que pequeno.

É importante assinalar que o Brasil faz parte de um grupo reduzido de países<sup>15</sup> onde ainda existe a aposentadoria por tempo de serviço, sem limite de idade. Em 1991, a Previdência Social modificou o limite etário para a passa-

---

<sup>13</sup> A aposentadoria é calculada sobre a média dos últimos 36 salários de contribuição.

<sup>14</sup> Síntese de Indicadores Sociais 2000, IBGE.

<sup>15</sup> Fazem parte desse grupo: Egito, Equador, Iraque, Irã, Líbano e Kuwait. Deste sete países em via de desenvolvimento, o Brasil é o único que permite a reinserção dos aposentados no mercado de trabalho (Beltrão e Oliveira 1999).

gem à aposentadoria e o teto mínimo de contribuição: 35 anos de cotização para os homens e 30 anos para as mulheres, sendo a exigência de idade mínima para os homens de 53 anos e para as mulheres de 48 anos. Mais recentemente, em 2003, o governo federal submeteu ao Congresso Nacional uma nova reforma da previdência social, ainda não regulamentada, mas que estabelece regras idênticas para alguns segmentos do funcionalismo público e do setor privado, principalmente com a extinção da aposentadoria integral.<sup>16</sup>

Deve-se ressaltar que a maior parte dos brasileiros começa a trabalhar ainda muito jovem: 16,6% das crianças entre 10-14 anos e 44,6% dos adolescentes entre 15-17 anos, trabalham.<sup>17</sup> Assim, não é por acaso que 75% dos homens se aposentam com pouco mais de 50 anos; taxa que aumenta para 83% entre as mulheres (Beltrão e Oliveira 1999).

### **O retorno ao trabalho após a aposentadoria**

Esta pesquisa analisa um grupo de 68 aposentados, residentes no Rio de Janeiro, que apresentam situações sociais bem contrastantes, dado que não há um só modelo de reinserção ou de continuidade no mercado de trabalho, quer seja formal ou informal. De fato, são fatores socioeconômicos e culturais (sexo, nível de escolaridade, trajetória profissional, condições de saúde e renda) que determinam a situação de cada indivíduo de mais idade.

Entretanto, dado que a evolução das aposentadorias não é mais indexada ao valor dos salários dos ativos, mas por uma taxa de reposição abaixo da inflação, as pessoas jamais recebem, no momento da aposentadoria, o valor correspondente ao que cotizaram durante a vida de trabalho. A passagem para a aposentadoria representa uma queda no rendimento para aqueles que não se beneficiam de um regime complementar ou de um sistema de fundo de pensão. A forte degradação do valor das aposentadorias, afeta igualmente os funcionários públicos, apesar da particularidade de seus regimes de aposentadoria.

O trabalho após a aposentadoria pode ser observado sob múltiplos pontos de vista, mas vou abordar dois somente e que não se excluem mutuamente: trabalhar para manter as mesmas condições de vida e por solidariedade familiar; trabalhar para preencher o vazio social.

### **Manter o nível de vida e solidariedade familiar**

#### **Situação precária**

Com aposentadorias precárias e níveis escolares muito baixos, a maioria dos entrevistados exerce pequenas atividades ou trabalha no mercado infor-

---

<sup>16</sup> O sistema brasileiro de aposentadorias apresenta modalidades diferenciadas: a) aquela dos funcionários públicos, cuja cotização corresponde a 11% de seus salários e que, na aposentadoria, recebem a integralidade do último salário; b) a dos trabalhadores do setor privado, cuja cotização é estabelecida segundo o nível do seu salário: o teto máximo da aposentadoria é limitado a 11% do limite previsto pelo INSS (10 salários mínimos); c) a dos trabalhadores autônomos que cotizam 20% da renda declarada e que, na aposentadoria, recebem no máximo o nível mais alto do INSS (10 salários mínimos).

<sup>17</sup> Fonte: IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais 2000*: pesquisa nacional PNAD/IBGE.

mal. O alto percentual de aposentados com pensão muito reduzida, explica-se pelos baixos níveis educacionais desta população, resultado da ausência de políticas de educação nacional nas três primeiras décadas do século XX. Assim, 41% das mulheres e 37% dos homens de mais de 60 anos são analfabetos. Em outros termos, o número de anos de estudo das gerações nascidas nos anos 30 e 40 é de 1,6 para as mulheres e 1,5 para os homens.

Assim, raros são aqueles que conseguem obter as mesmas condições de trabalho no mercado formal: ou são subempregados ou não têm emprego fixo, trabalhando no comércio ambulante de rua (camelôs). Os homens trabalham, em geral, como operários autônomos, tais como carpinteiros, pintores de parede, motoristas de caminhão, encanadores, entre outros.

As mulheres exercem, principalmente, atividades domésticas remuneradas como costura, lavagem de roupa, manicura ou fazendo bolos e doces para vender; aquelas que trabalham fora de casa, costumam fazer faxina em domicílios ou vendem produtos de beleza ou lingerie. Não podemos esquecer que estas mulheres pertencem às gerações nascidas nos anos 30 e 40, quando a socialização feminina as ensinava a ser donas de casa e a desempenhar o papel de mães e esposas. Aliás, a maioria não terminou os estudos secundários e raras são aquelas que obtiveram um diploma do primeiro ciclo. A incidência deste fato na sua vida de trabalho fica, assim, muito clara: mais frequentemente, elas exercem atividades ligadas ao trabalho doméstico.

Esta educação familiar que prepara os filhos para o trabalho e as filhas para a vida doméstica é mais visível nas camadas populares em que as mulheres resistem menos às pressões familiares e às dificuldades escolares e deixam de lado seus projetos profissionais (Peixoto 1997).

A aposentadoria torna-se, desta forma, para a maioria das pessoas entrevistadas, a passagem obrigatória para um outro trabalho: “*eu tenho que trabalhar até o final dos meus dias*”, diz a Sra. Ferreira (73 anos, faz bolos e doces para vender). Já a Sra. Magalhães, dona de casa ao longo da vida e sem nunca ter trabalhado, comenta sobre sua dificuldade em começar a trabalhar aos 60 anos:

*“nunca tinha trabalhado, meu marido não deixava. E como a pensão que ele me deixou não dá para viver, tenho que trabalhar; agora sou vendedora de roupas a domicílio.”* (67 anos, vende em redes familiares e de vizinhança).

Uma situação interessante entre as pessoas entrevistadas é que existem poucos locatários: a maior parte é proprietária do imóvel onde vive ou mora com os filhos. As mulheres são majoritariamente proprietárias e, em geral, herdaram a moradia dos maridos, mortos ou divorciados. É verdade que estas gerações viveram períodos econômicos mais favoráveis à aquisição de um patrimônio, graças aos programas governamentais de financiamento da casa própria. Observa-se, hoje, uma queda sensível das taxas de aquisição de imóveis residenciais nas cortes mais jovens uma vez que raros são os programas sociais nessa área e os privados possuem taxa de juros muito elevadas. Pode-se, assim, pensar que os aposentados de amanhã serão majoritariamente locatários ou que a coabitação entre gerações será maior.

As mulheres de mais idade que não têm marido, vivem raramente sozinhas. Dado que a co-residência é um fenômeno banal nas famílias brasileiras, estas

mulheres vivem com os filhos adultos, quer sejam casados ou não. Além do mais, muitos filhos retornam à casa dos pais quando estão desempregados, fenômeno corriqueiro em período de crise como o atual.

Em compensação, raros são os viúvos que vivem com os filhos. As mulheres de mais idade, pertencentes às camadas populares, detêm assim muitos indicadores negativos: seus rendimentos são mais baixos, posto que as atividades que desempenham são menos remuneradas que as dos homens ou recebem somente a pensão do marido morto, é o caso daquelas que nunca trabalharam; elas têm, igualmente, os mais baixos níveis de escolaridade e, também, são mais atingidas pela viuvez do que os homens.

Um outro ponto a assinalar é que os aposentados e os poucos benefícios a que têm direito (pensão-aposentadoria, transporte gratuito e assistência médica) se tornaram vantajosos para certas empresas que fazem uso da “ideologia da terceira idade”, cujo dinamismo e autonomia são as imagens de marca, para empregar trabalhadores com baixo custo social. Pois, elas não são obrigadas a contribuir para a previdência social e tampouco pagar o vale-transporte e o ticket-restaurant. Por exemplo, vários supermercados brasileiros empregam aposentados como caixas ou empacotadores e algumas empresas os contratam como “office-old”. É bem verdade que essas atividades são designadas pelas empresas como “ações sociais” para a reintegração dos aposentados à sociedade. Além disso, assistimos a um aumento considerável de velhos que trabalham como camelôs ou que recolhem jornais, latas e todos os objetos que podem ser reciclados, para revender.

Entre as pessoas que nunca pararam de trabalhar, poucas são aquelas que continuaram a fazê-lo no mesmo setor profissional, a maioria começou um novo trabalho exercendo uma outra atividade, sobretudo no mercado de trabalho informal.

Em suma, o orçamento doméstico dos aposentados que recebem aposentadorias reduzidas é consagrado fundamentalmente às despesas de base, posto que eles não estão inseridos em um sistema de fundo de aposentadoria. Muitos cotizaram a vida inteira como trabalhadores autônomos,<sup>18</sup> inseridos no mercado informal e, conseqüentemente, raramente encontram um lugar no mercado formal após a aposentadoria.

### **Situação mais favorável**

Tomemos agora, como contraponto, o grupo dos aposentados que não está forçosamente em situação precária, ainda que seus rendimentos tenham diminuído sensivelmente após a aposentadoria, mas para o qual o retorno ao trabalho ou sua permanência permite que mantenham o mesmo nível de vida. Eles chegam à aposentadoria dotados de uma formação mais qualificada, e os que dispõem de um diploma universitário, têm mais chance de permanecer no mercado de trabalho formal após a aposentadoria. Além disso, muitos se beneficiam de um regime de aposentadoria complementar.

É bem verdade que eles constituem uma minoria entre os aposentados brasileiros. Contudo, as motivações que determinam sua reinserção (ou perma-

---

<sup>18</sup> Na população brasileira de mais de 60 anos, os aposentados que trabalham são majoritariamente autônomos, tanto os homens quanto as mulheres.

nência) no mercado de trabalho não são assim tão diferentes daquelas que movem os aposentados menos favorecidos: trata-se apenas de uma escala de valores invertida. Estes aposentados desejam, primeiro, continuar produtivos para manter um lugar de reconhecimento no núcleo familiar e na sociedade, pois ainda são jovens.

A reinserção é assim obrigatória para a maioria dos aposentados. A dúvida, no momento da procura de um novo trabalho, é sobre a possibilidade de trabalhar na mesma atividade que exerciam antes. Isto é mais fácil para certas categorias profissionais como comerciantes, empresários, profissionais liberais ou executivos. Os professores universitários gozam de dispositivos institucionais acadêmicos que lhes permitem a reinserção na mesma universidade ou na ampla rede de universidades brasileiras (privadas ou públicas) ou ainda nos institutos de pesquisa. Inversamente, os profissionais de nível médio e os operários raramente têm a mesma chance de reinserção no mesmo setor de atividade. O Sr. Xavier, operário qualificado, se aposentou aos 57 anos. Depois de três meses de repouso, decidiu retomar o trabalho, pois *“a cabeça vazia é oficina do diabo se a gente fica sem fazer nada. Não quero que isso aconteça comigo e preciso de um pouco mais de dinheiro, também!”*. Considerando sua idade e a aposentadoria antecipada à qual fazia jus, o Sr. Xavier acabou se tornando jornaleiro em um quiosque de rua.

Estas pessoas passam muito mais tempo procurando um novo emprego, posto que retomar o trabalho depois dos 55 anos de idade é, para a maioria deles, muito difícil.<sup>19</sup> Este não é o caso daqueles que têm formação superior que facilmente se reintegram ao mundo do trabalho, sem obstáculos para encontrar um novo emprego no mesmo setor de atividade.

## **Evitar o vazio social**

Numerosos são os aposentados que não querem parar de trabalhar, ainda que não necessitem aumentar a renda familiar. Apontamos duas razões para isso: a idade precoce da aposentadoria por tempo de trabalho/contribuição que retira, da vida produtiva, indivíduos ainda jovens que não desejam ficar inativos, e o prolongamento da vida, estreitamente ligado ao progresso da medicina que lhes proporciona melhores condições de saúde, afastando o sentimento de envelhecimento e favorecendo a emergência de uma nova categoria de “aposentados trabalhadores”. Assim, em certos casos, o retorno ou a permanência no trabalho após 60/65 anos, para os dois sexos, não está somente focalizado na manutenção do mesmo nível de vida que detinham antes da aposentadoria, mas também no desejo de continuar ativos por mais longo tempo possível: *“Se parar, ou eu morro ou eu fico doente”* (Sr. Firmino, 72 anos, carpinteiro).

Há também aqueles que procuram preencher o tempo livre da aposentadoria em face da dificuldade em suportar as longas jornadas e a ausência de um ritmo regulado pela rotina do trabalho. São aposentados que recusam a sociabilidade nos espaços públicos ou as atividades propostas pelas associações de

---

<sup>19</sup> O governo do Rio de Janeiro decretou uma lei que abaixa os impostos das empresas que empregam pessoas de mais de 50 anos com o objetivo de diminuir a taxa de desemprego nessa faixa etária. Entre 1999 e 2001, 17 mil pessoas foram empregadas no Estado.

“terceira idade”.<sup>20</sup> Para eles, é preferível estar nos locais de trabalho do que fechados em lugares reservados para a “terceira idade”, onde só terão pessoas de mais idade como parceiros. Representando estes espaços como lugares de passatempo, de espera e/ou de segregação da velhice, estes indivíduos marcam sua firme oposição aos frequentadores dos clubes e universidades da terceira idade (Peixoto 1994; 2000).

Mas há também aqueles para os quais o trabalho tem a função importante de “ocupar a cabeça”: “Acho que é muito bom para a cabeça. Os velhos não podem parar [de trabalhar]. Se temos boa saúde, devemos continuar trabalhando porque a gente se distrai e não fica em casa pensando em bobagens, em doenças” (Sra. Teixeira, 66 anos, vendedora ambulante de produtos de beleza).

Observamos que, para aqueles que começaram a trabalhar em idade precoce – na infância ou na adolescência, por exemplo –, o trabalho é uma referência fundamental de inserção na família e na sociedade (Moreira 2001). Observa-se, então, uma progressiva reinserção (ou permanência) dos aposentados brasileiros nos mercados de trabalho formal e informal. Se alguns sentem a necessidade de estar ativos para evitar o vazio social, a maioria deles procura manter o mesmo nível de vida que tinham antes da aposentadoria, para preservar o circuito da solidariedade entre as gerações, um dos elementos básicos da reprodução familiar. Muitos, por conseguinte, são os que retornam à vida produtiva para ajudar os filhos, e até os netos, em dificuldade.

### **Na ausência do Estado, é a família que conta**

Se o Estado não intervém para minimizar a má distribuição de renda, se o orçamento público para as políticas sociais diminui a cada ano, se o seguro-desemprego e o seguro-doença são ínfimos e se os raros programas sociais existentes, Bolsa Família<sup>21</sup> e Fome Zero – são precários, a família é o único apoio que resta.

A solidariedade familiar é assim importante e diversificada na sociedade brasileira, em que os apoios se efetuam em função da situação social dos doadores e recebedores. A análise da situação das pessoas entrevistadas mostra que a grande maioria ajuda os filhos adultos, tanto financeiramente como através de prestação de pequenos serviços. Existem pais que são ajudados financeiramente por um filho/a, ao mesmo tempo em que acolhe em casa um outro filho adulto e em dificuldade,<sup>22</sup> diante de seu estatuto de proprietário.

Desemprego, divórcio, viuvez, filhos que não saem nunca de casa: estas são as razões que explicam porque, no Brasil, as gerações mais velhas coabitam cada vez mais com as gerações mais jovens – fenômeno que é ainda mais comum nas famílias das camadas populares.

---

<sup>20</sup> Clubes e universidades, fortemente inspirados no modelo francês.

<sup>21</sup> A partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, os programas sociais “salário-família”, “bolsa escola”, “vale gás” e “bolsa alimentação” foram reunidos em um só: Bolsa Família. Esta bolsa, só é concedida às famílias cujo salário-contribuição seja inferior a 2,3 salários mínimos, que tenham filhos menores de 14 anos, ou inválidos, com carteira de vacinação atualizada e inseridos no sistema escolar.

<sup>22</sup> Consideramos somente aqueles maiores de 21 anos.

## **Co-residência, ajuda financeira, apoio moral**

As pessoas entrevistadas apresentam uma diversidade de situações de coabitação que revela as implicações económicas e sociais no interior do grupo familiar: pais com recursos reduzidos morando com filhos que atravessam um período de desemprego; mães divorciadas ou viúvas que acolhem seus filhos/as divorciados ou as filhas solteiras com seus filhos; ou, ainda, filhos/as solteiros que nunca saíram da casa dos pais; pais ou mães viúvas mais abastados que não acolhem os filhos/as em suas casas, mas ajudam financeiramente aqueles em dificuldade, casados ou não; pais e filhos/as adultos (casados e com filhos) que sempre moraram juntos, etc.

As entrevistas revelam que mais da metade das pessoas do nosso universo coabitam com um filho adulto e até os seus filhos deste. Entretanto, existem duas modalidades diferentes de co-residência: a coabitação permanente e a re-coabitação (Attias-Donfut 1994). É o fato de ser proprietário da moradia que vai determinar qual dos dois acolherá o outro. Isto não implica a transmissão do patrimônio ao filho/a que vem viver com os pais; o pai ou a mãe viúvo/a e todos os seus filhos tornam-se, em geral, os herdeiros do bem em questão.

A co-residência acontece mais frequentemente no universo feminino, pois as mulheres recorrem mais ao suporte moral dos filhos logo que enviúvam. Assim, ou elas vão morar com um dos seus filhos (se ela não é proprietária) ou um de seus filhos (em geral, aquele que não é proprietário) retorna à casa da mãe, tanto para ajudá-la na manutenção quanto para que não fique sozinha. Em compensação, raros são os homens de mais idade que retornam a coabitar com um filho após a viuvez ou o divórcio. Ora, se algumas mulheres procuram viver com um outro parente logo após a viuvez – várias preferem morar com uma irmã ou uma amiga, também viúva –, a maioria dos homens viúvos prefere viver só ou viver uma segunda união. Do lado dos filhos, afora aqueles que nunca saíram da casa dos pais (casados ou não), constatamos duas outras situações que os levam a viver com os pais: o desemprego e o divórcio.

A coabitação é, assim, um elemento que muito contribui para a solidariedade familiar, tanto nos períodos mais difíceis da vida dos filhos quanto na viuvez dos pais, principalmente da mãe. Aliás, existe a concepção de que a solidão é um dos sentimentos mais presentes na viuvez feminina. Entretanto, esta representação pode ser rapidamente contrabalançada por uma outra que valoriza a autonomia adquirida após a viuvez, ainda que estas mulheres tenham uma certa dependência financeira dos filhos.

Muitos filhos divorciados retornam à casa dos pais, solicitando um apoio – financeiro ou moral – para educar seus filhos. Esta é uma prática comum no Brasil pois, como dissemos acima, não existe um sistema público eficaz de creches e tampouco políticas sociais de alocação familiar para auxílio na aquisição de material escolar, aluguel de imóvel, como as existentes em alguns países europeus. Mais do que isso, poucas são as creches e as escolas maternas da rede pública, e as escolas do ensino fundamental e médio funcionam somente meio período, obrigando os pais que trabalham a lançar mão de sistemas informais de guarda das crianças, como as babás e as empregadas domésticas ou, ainda, os seus pais aposentados.

Os avós vêm sempre socorrer seus filhos e netos, retomando assim uma segunda carreira parental. Cuidar ou educar os netos é uma tarefa das avós.



Raros são os avós que cuidam dos netos cotidianamente, mesmo se alguns são chamados para guardas ocasionais. A re-coabitação tardia torna-se, assim, um fenómeno habitual entre as mulheres divorciadas, principalmente aquelas pertencentes às camadas populares. As razões são múltiplas: baixos rendimentos, pensões alimentícias reduzidas ou inexistentes, tornando impossível pagar a locação de um imóvel ou de alguém para cuidar dos filhos enquanto trabalha. Mas não são somente as filhas, muitos filhos divorciados retornam à casa dos pais nas situações de regressão social após o divórcio (quando o pagamento da pensão alimentícia aos filhos e o aluguel consomem a maior parte do rendimento, etc.). Entretanto, não é o divórcio que faz a diferença, mas o fato de que uma boa parte dos filhos divorciados retorna à casa dos pais trazendo consigo seus filhos (Peixoto 2001).

O estatuto social dos pais aposentados, principalmente daqueles que têm uma dupla fonte de rendimentos, desempenha um papel decisivo na organização familiar. Muitos assinalaram o quanto a sua família depende de seu trabalho e, entre eles, vários confessaram estar cansados e têm vontade de se aposentar definitivamente. Contudo, enquanto a família necessitar, eles continuam trabalhando.

Os apoios também se fazem no sentido inverso: quando os aposentados têm nível de vida modesto (aposentadoria baixa, não-proprietário do imóvel), são os filhos que ajudam os pais. Solidariedade sim, mas sobretudo um sentimento de dever para com os pais que, no final das contas, contribuíram para que os filhos tivessem melhores condições de vida através da educação, de ajuda financeira e apoio moral (Attias-Donfut 1994). Este é o caso de um dos entrevistados, imigrante português e proprietário de um botequim; o investimento no trabalho duro era dirigido para financiar os estudos dos filhos. Hoje, tendo falido e com a mulher muito doente, são os filhos que o ajudam financeiramente.

Contribuição material ou financeira, mas também um apoio logístico nas tarefas domésticas cotidianas e suporte moral e afetivo – estes são os elementos que caracterizam a redistribuição intrafamiliar dos apoios e ajudas dispensados por uns e outros, morando ou não juntos. Esta solidariedade se dá, principalmente, num circuito de reciprocidade e a vida em comum só é possível através da troca entre os membros da família que vivem juntos (é o que Attias-Donfut identifica como “dom” e “contra-dom”).

Nossa pesquisa mostra que a maioria das pessoas entrevistadas coabita com seus filhos e que os apoios se manifestam através de reciprocidades múltiplas: apoio econômico, apoio para o pagamento de aluguel, intervenções na vida cotidiana, ajuda no cuidado dos netos, sendo que muitos pagam os estudos e ajudam na manutenção. Observamos, assim, que a família favorece as interações permanentes entre as gerações.

## **Considerações finais**

Este estudo sobre os aposentados que retornam ao trabalho revela um novo panorama das transferências públicas e privadas entre as gerações. Observamos que os pais aposentados são, hoje, menos dependentes dos filhos e que, ao contrário, diante do aumento das taxas de desemprego e de divórcio, a casa dos pais se transformou em lugar de suporte socioeconômico e afetivo, tanto

para os filhos quanto para os netos. Em face das necessidades de seus filhos, os pais aposentados retornam, assim, ao (ou continuam no) mercado de trabalho, mesmo que tenham que exercer atividades que nunca praticaram antes, como, por exemplo, de vendedores/vendedoras ambulantes nas ruas do Rio de Janeiro.

Aliás, estudos recentes mostram que as famílias brasileiras compostas de pessoas aposentadas apresentam melhores condições econômicas do que aquelas que não têm aposentados morando com elas: “nas famílias que contêm idosos, 52% da renda familiar provêm da renda dos idosos. Nessas famílias, 49% têm idosos como chefes e filhos morando juntos” (Camarano 1999: 21). Observamos que existe, hoje, uma inversão dos papéis sociais nas famílias brasileiras na medida em que os filhos adultos dependem mais dos seus velhos pais.

Constatamos, contudo, que grande parte dos aposentados entrevistados continua a trabalhar em função da possibilidade de exercer a socialização pelo trabalho ao mesmo tempo em que mantém o mesmo nível de vida anterior. Mesmo aqueles que são ajudados pelos filhos que têm melhores condições de vida, preferem a reinserção no mercado de trabalho para não se constituir em um “peso” para os filhos. Vimos ainda que não existe somente um modelo de reinserção ou de continuidade no mercado de trabalho brasileiro, quer seja formal ou informal

Esta pesquisa mostrou que a família tem uma temporalidade própria (coabitação permanente e recoabitação, segundo as necessidades de uns e outros) e que os critérios que traçam as fronteiras entre atividade e inatividade não são mais determinados pela aposentadoria, ao menos no Brasil.

## **Bibliografia**

Attias-Donfut C., Renaut, S. (1994), “Vieillir avec ses enfants. Corésidence de toujours et recohobitation”. *Communications*, n.º 59: 29-52.

Beltrão, K., Oliveira, F. E. (1999), “O idoso e a previdência social”. In Camarano, A. A. *Muito além dos 60 anos: Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 307-318.

Camarano, A. A. (1999), “Como vive o idoso brasileiro”. In Camarano, A. A. *Muito além dos 60 anos: Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 19-71.

Moreira M. M. (2001), “Trabalho e aposentadoria: relatos de indivíduos na terceira idade”.

Peixoto C. (1994), “Les personnes âgées dans les espaces publics et le désir de plaisir”. *Gérontologie et Société*, n.º 69: 139-149.

Peixoto C. (2000), “Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais”. In Peixoto C., F. de Singly e Cicchelli V. *Família e Individualização*. RJ, ed. FGV.

Peixoto C. (2001), “Les préférences familiales. L’individualisation de l’affection dans les générations âgées”. In F. de Singly, *Être soi d’un âge à l’autre. Famille et individualisation*. Paris, L’Harmattan, 193-207.

Peixoto C. (2004), *Família e Envelhecimento* (org.), RJ, ed. FGV.

Simões J. (2004), “Provedores e militantes: Imagens de homens aposentados na família e na vida pública”. In Peixoto C. (org.), *Família e Envelhecimento*, RJ, ed. FGV.

### **Nota metodológica**

As análises apresentadas neste artigo se baseiam nos resultados de uma pesquisa qualitativa consagrada unicamente aos aposentados que retornam ao trabalho após a aposentadoria. O universo investigado não é, assim, aleatório, pois procuramos entrevistar principalmente as pessoas que recebem pensões de aposentadoria muito baixas – o que nos permitiria elucidar situações precárias. Entretanto, a título de comparação, observamos outras situações de aposentadoria. As 68 entrevistas semidiretas foram realizadas no ano 2000, e a grande maioria, por estudantes de ciências sociais. O roteiro de entrevistas compreendia vários temas a serem aprofundados como a decisão do retorno ou a permanência no trabalho após a aposentadoria, as novas atividades desenvolvidas (mercado formal ou informal) mas, principalmente, sobre solidariedade familiar. O universo selecionado é constituído pelo mesmo número de homens e de mulheres aposentadas.